

## II Plano Operativo (2013-2015) da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN

O II Plano Operativo (2013-2015) da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra tem por objetivo estabelecer estratégias de aplicação desta política, a fim de que a população negra tenha acesso a ações e serviços de qualidade, de forma oportuna, contribuindo assim para a melhoria das condições de saúde, para a redução das iniquidades de raça, gênero, geracionais e classe, assim como e para a promoção da qualidade de vida de brasileiras e de brasileiros.

A operacionalização deste Plano, com suas estratégias e ações, exige o reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde, como preconizado pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, a qual foi instituída pela Portaria nº 992/2009, estabelecendo dentre suas diretrizes gerais:

- I - Inclusão dos temas Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social na saúde;
- II - Ampliação e fortalecimento da participação do Movimento Social Negro nas instâncias de controle social das políticas de saúde, em consonância com os princípios da gestão participativa do SUS, adotados no Pacto pela Saúde;
- III - Incentivo à produção do conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra;
- IV - Promoção do reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo aqueles preservados pelas religiões de matrizes africanas;
- V - Implementação do processo de monitoramento e avaliação das ações pertinentes ao combate ao racismo e à redução das desigualdades étnico-raciais no campo da saúde nas distintas esferas de governo;
- VI - Desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação, que desconstruam estigmas e preconceitos, fortaleçam uma identidade negra positiva e contribuam para a redução das vulnerabilidades.

## II Plano Operativo (2013-2015) da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN

A construção deste documento foi orientada pelo diálogo com as várias áreas de competência do Ministério da Saúde, com os movimentos sociais por meio do Comitê Técnico de Saúde da População Negra e com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, assumindo as manifestações do racismo - institucional, interpessoal e internalizado- e a necessidade de transversalizar categorias para construir ações efetivas e interseccionalidades de identidades que irão direcionar a construção de metas que alcancem o amplo contingente populacional de nossas ações.

Por seu caráter transversal e interseccional o II Plano Operativo dialoga com o Plano Nacional de Saúde (2012-2015), assim como com as demais políticas do Sistema Único de Saúde (SUS). Localizado entre os anos de 2013-2015, a partir do problema priorizado, inclui ações articuladas que propiciam condições necessárias ao enfrentamento do racismo institucional na saúde, e, portanto a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Tendo em conta a proposta deste Ministério de promover equidade em saúde, este II Plano Operativo, voltado a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, é orientado pelas definições de geopolítica racial - segundo Milton Santos -, a qual deve observar os espaços geográficos de maior prevalência da população negra, haja vista que este contingente é afetado pelo racismo.

Este II Plano Operativo da PNSIPN reforça ainda o conjunto de ações e políticas afirmativas assumidas pelo Governo Federal, conforme destaca o Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei 12.288/2010. Deste modo, o governo brasileiro materializa dentro do campo da saúde as perspectivas das ações afirmativas, como todas e quaisquer políticas de inclusão diferenciada de pessoas e/ou grupos historicamente discriminados - a exemplo de mulheres, deficientes, LGBT, população negra, além de outros grupos que vivem em condições de vulnerabilidade.

Diante o exposto, seguem as diretrizes e ações que compõem este II Plano Operativo, as quais são de competência direta deste MS:

1. Incluir no Programa Saúde na Escola (PSE), assim como em seus materiais formativos, a temática étnico-racial, abordando o enfrentamento do racismo e a redução da vulnerabilidade da juventude negra e prevenção de homicídios.

## II Plano Operativo (2013-2015) da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN

2. Implantar anualmente as academias de saúde, apoiando, financiando e potencializando práticas culturais afro-brasileiras como capoeira, samba, maracatu, jongo, tambor de crioula, hip hop entre outras manifestações ancestrais e contemporâneas de artes negras nos 132 municípios da seleção territorial do Plano de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra - Juventude Viva.
3. Inserir a temática saúde da população negra nos conteúdos apresentados na grade curricular da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde – UNASUS.
4. Capacitar 1000 profissionais mediante cursos de formação de apoiadoras/es da Política Nacional de Humanização - PNH para superação do racismo e garantia de equidade em saúde para a população negra.
5. Subsidiar um curso a distância sobre racismo institucional para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), até 2015.
6. Elaborar curso de especialização de gestão em saúde da pessoa idosa e envelhecimento, na modalidade Educação à Distância - EAD, em parceria com a FIOCRUZ, contemplando o recorte racial e de gênero, até 2013.
7. Revisar material didático para atualização do curso de aperfeiçoamento na modalidade EAD sobre envelhecimento e saúde da pessoa idosa, voltado para os profissionais do SUS contemplando o recorte racial e de gênero, até 2013. .
8. Revisão da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa com inclusão do recorte de raça, em 2013, e distribuição de 5.500.000 de cadernetas em 2014 e 2015.
9. Produzir no mínimo 2 (duas) publicações anuais sobre as implicações do racismo e desigualdades étnico-raciais como causas de sofrimento mental e suas interfaces, implicações e impactos no cuidado referente a atenção psicossocial destinado a profissionais de saúde, até 2015.
10. Promover a prevenção à violência por meio de ações de combate ao racismo ao sexismo, intolerância religiosa e a lesbo-trans-homofobia

## II Plano Operativo (2013-2015) da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN

para transformação da cultura de violência, inclusão social, com vistas à humanização da atenção à saúde da população negra.

11. Incluir o quesito raça/cor como preenchimento obrigatório nas Fichas de Encaminhamento do sistema de monitoramento do Programa Saúde na Escola/PSE, em 2013.
12. Realizar um curso de capacitação à distância para a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS sobre o tema racial para 1.982 CAPS do território nacional, entre outros dispositivos da RAPS, até 2015.
13. Incluir a análise do recorte raça/cor nas informações sobre mortalidades e nascimentos divulgadas anualmente.
14. Garantir a inclusão de medicamentos oncológicos estratégicos, resultantes de Parcerias para Desenvolvimento Produtivo (PDPs), na Relação nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), em 2013.
15. Estabelecer o protocolo para inclusão das pessoas com doença falciforme no programa de transplante de medula óssea, até 2013.
16. Quesito raça-cor incluído nos indicadores do Índice de Desempenho do SUS (IDSUS) e divulgados até 2013, de acordo com a viabilidade.
17. Inserir a temática étnico-racial nos encontros de promoção da equidade, envolvendo lideranças negras do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, da população em situação de rua, da comunidade cigana, do movimento social negro, demais movimentos sociais e gestores/as do SUS, até 2015.
18. Realizar 04 seminários regionalizados envolvendo 700 comunidades quilombolas, com foco na promoção da saúde e direitos dos usuários para empoderamento desta população, até 2015, com participação da gestão, trabalhadoras/es de saúde e lideranças das comunidades.
19. Inserir variável raça/cor nos dados epidemiológicos da SAGE, até 2013.
20. Fortalecer a atuação do Ministério da Saúde nas ações de intercâmbio internacional para a redução das disparidades raciais em saúde e para enfrentamento ao racismo institucional, nos marcos do Decênio de Afrodescendentes (2012–2022).

II Plano Operativo (2013-2015) da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN

21. Manter e fortalecer os projetos de cooperação no âmbito da doença falciforme com os países da África.
22. Promover, por meio do Programa Viva jovem.com, lançamento de, no mínimo, 1 (um) edital por ano para o fomento de intervenções no território e/ou formação de jovens promotores de saúde na perspectiva da prevenção do uso de álcool e outras drogas e na prevenção de violências e promoção de cultura da paz, até 2015.
23. Qualificar a atenção integral as pessoas com doença falciforme, garantindo o acesso e a qualidade dos programas estaduais de triagem neonatal, na fase 2, a todos os estados da federação e atenção especializada às gestantes e ao parceiro com diagnóstico de doença falciforme, por meio de instituição de 27 protocolos estaduais e 27 protocolos municipais (capitais) de pré-natal de alto risco, até 2015.
24. Reduzir a mortalidade materna de mulheres negras em 5 pontos percentuais, ao ano, para diminuir a diferença total entre estas e as mulheres brancas, até 2015, de acordo com protocolo específico proposto pela Rede Cegonha.
25. Aumentar em 20% a produção de mamografias na faixa etária preconizada (50-69 anos) em mulheres negras, até 2015.
26. Incluir a análise do recorte raça/cor nas informações epidemiológicas sobre Aids divulgadas anualmente.
27. Incluir a análise do recorte raça/cor nas informações epidemiológica sobre hepatites virais divulgadas anualmente.
28. Incluir a análise do recorte raça/cor nas informações epidemiológicas sobre sífilis divulgadas anualmente.
29. Incluir a análise do recorte raça/cor nas informações epidemiológicas sobre tuberculose.
30. Incluir a análise do recorte raça/cor nas informações epidemiológicas sobre dengue divulgadas anualmente.
31. Incluir a análise do recorte raça/cor nas informações epidemiológicas sobre malária divulgadas anualmente.
32. Incluir a análise do recorte raça/cor nas informações epidemiológicas sobre hanseníase divulgada anualmente.

II Plano Operativo (2013-2015) da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN

33. Apoiar, em conjunto com outros Ministérios envolvidos, a implementação dos 132 núcleos de prevenção de violência nas Unidades Federadas, observando os municípios com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização da população negra, considerando o Plano Juventude Viva: prevenção à violência contra a juventude negra, até 2015.
34. Apoiar o controle da qualidade da água a municípios e comunidades especiais para cumprimento à Portaria MS nº 2.914/2011.
35. Incluir princípios e políticas de Ação Afirmativa, de acordo com a Lei 12.288/2010, em concursos e seleções públicas para trabalhadoras/es da área da saúde nas esferas federal, estaduais e municipais, até 2015.
36. Incluir a análise do recorte raça/cor nas informações epidemiológicas sobre saúde da trabalhadora e do trabalhador divulgadas anualmente.
37. Incluir a temática étnico-racial nas capacitações, assim como na política nacional, estadual e municipal de educação permanente de trabalhadoras/es do SUS, especialmente para o combate ao racismo institucional, interpessoal e racismo internalizado, fortalecendo processos de humanização no SUS e empoderamento de negras e de negros, até 2013.
38. Capacitar 200 parteiras de comunidades quilombolas, garantindo Educação Permanente e respeito aos costumes culturalmente pertinentes, até 2015.
39. Estabelecer ações de intercâmbio internacional no campo da saúde integral da população negra, para transferências de tecnologias, compartilhamento de experiências e saberes do SUS com outros países, especialmente africanos e latino-americanos.
40. Promover formação de 300 jovens promotoras/es de saúde em comunidades quilombolas e em grupos/comunidades com alto contingente de juventude negra, até 2015.
41. Realizar PELO MENOS 1 avaliação e divulgação de pesquisa em Saúde da População Negra financiadas PELA SGEP/MS, ATÉ 2015.

II Plano Operativo (2013-2015) da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN

42. Fomentar a implementação e o fortalecimento dos comitês técnicos estaduais de saúde da população negra e/ou de promoção da equidade nos 27 estados.
43. Fomentar a apropriação da população negra nas instâncias indicativas e deliberativas de controle social, nos estados e municípios e nos processos de educação permanente para o controle social, inclusive nos Conselhos e conferências de Saúde, conforme resolução 435/2012 do Conselho Nacional de Saúde.
44. Estabelecer mecanismos institucionais de gerenciamento e monitoramento da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, até 2013.
45. Qualificar a coleta do quesito raça/cor nos sistemas de informação em saúde do SUS, nas três esferas de governo, até 2015.
46. Formação de 400 profissionais de saúde na temática saúde integral da população negra no curso de formação para os profissionais das equipes de saúde no sistema prisional até 2015.
47. Incluir a temática étnico-racial e o enfrentamento do racismo na Política Nacional de Atenção Integral de Saúde aos Privados de Liberdade no Sistema Prisional.
48. Monitorar e articular as ações previstas no Plano Juventude Viva de Enfrentamento à mortalidade da Juventude Negra, do Fórum de Direito e Cidadania/PR, até 2015.
49. Fomentar ações para a promoção de saúde nas comunidades tradicionais de terreiros.
50. Promover no mínimo 2 (duas) oficinas de capacitação de lideranças quilombolas para controle social em saúde, até 2015.
51. Garantir no mínimo 2 (duas) publicações para subsidiar ações de enfrentamento a violência contra a juventude negra, de acordo com o Plano Juventude Viva, até 2015.

Este conjunto de ações supracitadas corresponde as responsabilidades do Ministério da Saúde, na vigência de 2013-2015. Seguem a estes o rol de ações descentralizadas e de responsabilidade dos estados e municípios, considerando que as

## II Plano Operativo (2013-2015) da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN

três esferas de gestão do SUS são corresponsáveis pela implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, a qual será instrumentalizada por meio do II Plano Operativo, prevendo-se: a definição do financiamento, a priorização de ações e o monitoramento e avaliação que devem ser incluídos nos seus respectivos Planos de Saúde (federal/estaduais/municipais e distrital) e nas Programações Anuais de Saúde (PAS).

### **PROBLEMA: Dificuldade de acesso da população negra à atenção à saúde**

#### **EIXO 01: Acesso da População Negra nas redes de atenção à saúde**

##### **ESTRATÉGIA:**

- Qualificar a atenção integral as pessoas com doença falciforme, garantindo o acesso e a qualidade dos programas estaduais de triagem neonatal, na fase 2, a todos os estados da federação e atenção especializada às gestantes e ao parceiro com diagnóstico de doença falciforme, conforme os protocolos da Rede Cegonha.
- Garantir o acesso das gestantes negras aos exames essenciais durante a gestação (exames laboratoriais e ultrassonografia), assim como a realização de consultas de pré-natal, de acordo com os protocolos da Rede Cegonha.
- Garantir o acesso ao exame de mamografias na faixa etária preconizada (50-69 anos) em mulheres negras, até 2015.
- Incluir e promover a temática de Saúde da População Negra e enfrentamento do racismo como tema transversal a Saúde Mental, nos processos capacitação e formação da Rede de Atenção Psicossocial, assim como nos materiais de formação da rede.
- Introduzir o tema do racismo institucional como aspecto relevante para a construção da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, com foco no desenvolvimento de linhas de cuidados visando o acolhimento e atenção ao sofrimento mental desencadeado pelo racismo.



## **EIXO 02: Promoção e Vigilância em Saúde**

### **ESTRATÉGIA:**

- Apoiar intersetorialmente a implementação de ações para prevenção de violência nas Unidades Federadas, observando os municípios com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização da população negra;
- Fomentar junto à União, Estados e Municípios a implementação de ações e serviços de saneamento básico, para comunidades quilombolas.
- Fomentar o papel social das comunidades tradicionais de terreiro enquanto espaço privilegiado de promoção da saúde.
- Incluir a análise do recorte raça/cor nas informações epidemiológicas - especialmente nas doenças e agravos de notificação compulsória - divulgadas pelos gestores do SUS.

## **EIXO 03: Educação Permanente em Saúde e Produção do Conhecimento em Saúde da População Negra**

### **ESTRATÉGIA:**

- Incluir a temática étnico-racial nas capacitações, assim como na política nacional, estadual e municipal de educação permanente de trabalhadoras/es do SUS, especialmente para o combate ao racismo institucional, interpessoal e racismo internalizado, fortalecendo processos de humanização no SUS e emancipação de negras e de negros.
- Contribuir com a produção do conhecimento em saúde da população negra.
- Fomentar o desenvolvimento de pesquisas com foco nas prioridades de saúde da população negra.
- Incluir princípios e políticas de Ação Afirmativa, de acordo com a Lei 12.288/2010, em concursos e seleções públicas para trabalhadoras/res da área da saúde.
- Promover ações e estratégias de vigilância em saúde do trabalhador que considerem o impacto do racismo nas relações de trabalho e inclusão do quesito raça/cor para garantia de dados desagregados em relação a estes agravos nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST).

II Plano Operativo (2013-2015) da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN

- Promover a articulação intra e intersetorial nas diversas esferas de gestão visando a valorização e o reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo os preservados pelos povos e comunidades tradicionais.

**EIXO 04: Fortalecimento da participação e do controle social**

**ESTRATÉGIA:**

- Fomentar a implementação e o fortalecimento dos comitês técnicos estaduais de saúde da população negra e/ou de promoção da equidade, áreas técnicas, grupos de trabalho, entre outras instâncias, de Saúde da População Negra.
- Apoiar a participação dos movimentos sociais negros nos espaços de controle social e gestão participativa da saúde.
- Apoiar a formação dos movimentos negros referente ao exercício da cidadania, a saúde e defesa do SUS por meio de cursos, oficinas, encontros e formações.

**EIXO 05: Monitoramento e avaliação das ações de saúde para a população negra.**

**ESTRATÉGIA:**

- Estabelecer mecanismos institucionais de gerenciamento e monitoramento da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.
- Qualificar a coleta do quesito raça/cor nos sistemas de informação em saúde do SUS, nas três esferas de governo, até 2015.